

A inclusão no currículo dos cursos de graduação em música à distância do Nordeste brasileiro

Comunicação

GTE 12 – Ensino de música, inclusão e antipacitismo

André Lucas Nogueira Dantas
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
andre20230038703@alu.uern.br

Gleisson do Carmo Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
gleissonoliveira@uern.br

Resumo: O presente artigo decorre de uma pesquisa desenvolvida durante a edição 2023/24 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Trata-se de uma pesquisa descritiva que investigou a presença de disciplinas sobre inclusão nos currículos dos cursos de graduação em Música à distância das universidades públicas do Nordeste do Brasil. As instituições foram identificadas através do portal Sisub e seus Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de música analisados com vistas a identificação de disciplinas voltadas à inclusão. Os resultados obtidos indicam que a temática inclusão faz-se presente nas quatro instituições identificadas. As ementas dos componentes carecem de atualizações, para adequação às terminologias mais atuais e não capacitistas, e as disciplinas poderiam ter uma maior inserção de saberes oriundos da área da música.

Palavras-chave: Currículo Inclusivo, Graduação em Música, Nordeste.

Introdução

Desde o final do século XX, a escolarização das pessoas com deficiência tem sido pauta de debates globais, sob a ótica da educação inclusiva (Louro, 2012). Pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a educação tornou-se um direito fundamental de todos (ONU, 1948) e pela Declaração da Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), a educação inclusiva tornou-se premissa a uma educação de qualidade para todas as pessoas, independente de suas características individuais (Brasil, 1990; 1994).

No Brasil, a Constituição de 1988 previu o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) reconheceu a necessidade de uma educação inclusiva e determinou que as escolas se adaptassem para atender às necessidades de todos os alunos (Brasil, 1996). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) firmou compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2008). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) indicou políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (Brasil, 2008) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Os documentos supracitados têm acarretado num significativo aumento do número de pessoas com deficiência no sistema educacional, como apontado pelas Notas Estatísticas do Censo Escolar, emitidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Segundo o relatório “em 2016, 57,8 % das escolas brasileiras possuíam alunos com deficiência, TGD ou altas habilidades incluídos em classes comuns, enquanto em 2008 o percentual era de 31%” (Cordeiro; Soares, 2023, p.10).

No entanto, apesar de existirem leis prevendo a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas comuns, são notáveis os desafios existentes no sistema de ensino, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância¹.

Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a presença da temática inclusão nos currículos adotados pelas instituições públicas que oferecem cursos de música à distância no Nordeste do Brasil e como objetivos específicos 1) Identificar os cursos de licenciatura em música oferecidos pelas universidades públicas do Nordeste do Brasil que contenham disciplinas sobre inclusão em seus currículos e 2) Compreender de que forma a inclusão tem sido incorporada nos currículos desses cursos e como tem sido a formação do educador musical nordestino.

¹ Formato que surgiu com o objetivo de expandir e democratizar o acesso aos cursos e programas de ensino superior, especialmente em regiões remotas, contribuindo para diminuir as disparidades na oferta de ensino superior. Parte de um esforço mais amplo para desenvolver um sistema nacional de educação superior a distância, impulsionado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, do tipo documental.

A natureza descritiva, como sugere seu nome, tem como objetivo descrever as características de determinada população ou acontecimento e o delineamento documental permite o trabalho com materiais ainda não analisados, ou que podem ser reavaliados de acordo com o foco da pesquisa (Gil, 2008).

Ao todo, a presente pesquisa procedeu à análise dos quatro² cursos de música EaD identificados, do Nordeste, que ofertam disciplinas relacionadas à inclusão em seus respectivos currículos (Quadro 1), a partir dos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos respectivos cursos.

Quadro 1 - Cursos de Música à distância em universidades públicas do Nordeste

Situação	Universidades
Cursos em andamento	UEMA
	UERN
	UFBA
	UFRB
Cursos concluídos	UEMA

Definidas as instituições, foi procedida a coleta dos dados, em duas etapas: 1) localização dos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e 2) identificação das disciplinas relacionadas à inclusão. A obtenção dos dados ocorreu por consulta simples aos sites das instituições, e, quando necessário, por meio de contato com as secretarias dos cursos.

² Dados obtidos por meio do portal Sisub, em 08/10/2023. Para mais detalhes consulte <<https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>>.

Quadro 2 - Universidades e disciplinas sobre inclusão

Universidades	Disciplinas
UEMA	Libras; Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva
UERN	Libras; Educação Musical Especial
UFBA	Libras; Educação Musical Especial e Inclusiva
UFRB	Libras; Educação, Arte e Inclusão

As 4 instituições identificadas ofertam a disciplina Libras, um componente curricular obrigatório aos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, desde o Decreto 5.626/2005. A UEMA disponibiliza uma disciplina geral sobre educação especial e inclusiva. A UFRB oferece um componente sobre inclusão no ensino de arte. A UERN e a UFBA têm disciplinas focadas na inclusão no ensino de música.

O exame das disciplinas, através dos PPCs localizados, indicou 6 grandes categorias contempladas pelas mesmas: 1) práticas pedagógicas (presente em todos os componentes); 2) ensino na diversidade (UEMA e UFRB); 3) legislações pertinentes às pessoas com deficiência (UEMA, UERN, UFBA); 4) história da deficiência (UEMA, UFRB); 5) manuseio de tecnologias inclusivas (UERN, UFBA) e 6) tipos de deficiência e suas características (UFRB). O Quadro 3 apresenta as ementas dos componentes avaliados.

Quadro 3 - Instituições, Disciplinas e Ementas

Instituição Disciplina (Natureza)	Ementa
UEMA Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva (Natureza obrigatória)	Estudo dos fundamentos legais da política de educação inclusiva, a partir da compreensão das transformações históricas da Educação Especial, com vistas à construção de uma prática pedagógica/educacional inclusiva – favorecedora do acesso, permanência e sucesso do aluno com necessidades educativas especiais – sustentadas em princípios éticos e na aceitação da diversidade humana, em seus aspectos sociais, culturais e pessoais (CECEN, p. 55).
UERN	Políticas públicas da educação especial e inclusiva. Possíveis práticas musicais para a atuação no contexto da

Educação Musical Especial (Natureza obrigatória)	educação musical especial e inclusiva. Introdução ao uso das tecnologias de comunicação e de informação para o ensino de música (FALA, p. 74).
UFBA	Estudo teórico-prático dos fundamentos, princípios e metodologias da educação musical, para o trabalho junto a pessoas com deficiência. Legislação, organização do tempo e dos espaços de ensino-aprendizagem, adaptações curriculares e de materiais didáticos próprios a um ensino de música inclusivo. Tecnologias assistivas. Direitos humanos e inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, por intermédio da Música (Escola de Música, p. 182).
Educação Musical Especial e Inclusiva (Natureza optativa)	
UFRB	Abordagem histórica da Educação Especial no Brasil. Fundamentos da educação inclusiva. Diversidade e diferença no contexto escolar. O atendimento educacional especializado. O currículo na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações de acesso ao currículo. Acessibilidade. O processo de escolarização do aluno com: deficiência física, intelectual, sensorial; Transtornos Globais de Desenvolvimento; Altas Habilidades. As relações entre pessoas com deficiência e contexto sócio-educacional. Atitudes diante das pessoas com deficiência. Projetos educacionais na escola inclusiva. Atitudes diante da pessoa com deficiência. Ensino de artes para alunos com deficiência. A formação docente musical diante da inclusão (CECULT, p. 100).
Educação, Arte e Inclusão (Natureza obrigatória)	

Sobre as ementas, duas terminologias empregadas encontram-se, atualmente, em desuso: 1) *necessidades educativas especiais* e 2) *pessoas com necessidades especiais*, sendo que os recomendados são 1) *necessidades educacionais especiais* e 2) *pessoas com deficiência*, respectivamente. Como partes de disciplinas que pretendem formar educadores, é importante que as terminologias estejam atualizadas e de forma não capacitista.

Sobre as bibliografias, apenas duas incluem referências oriundas do campo da música. As outras incluem aspectos didáticos oriundos de outras áreas, como pedagogia e psicologia.

Enfim, tendo em vista que todas as instituições possuem disciplinas sobre inclusão, ficou evidente um certo cuidado, por parte das licenciaturas em música EaD, acerca do ensino para pessoas com deficiência.

Considerações finais

A temática inclusão faz-se presente nos currículos de todos os cursos de Licenciatura em Música à distância do Nordeste, por meio de disciplinas. Fato que, por si só, demonstra certo cuidado para com a inclusão, por parte das instituições formadoras identificadas por esta pesquisa. A análise das disciplinas evidencia dois pontos principais: 1) são necessários ajustes nas ementas dos componentes para uma adequação às terminologias mais atuais e não capacitistas; 2) são necessárias inserções de saberes já consolidados da área musical nas bibliografias. Em linhas gerais, é notável que há avanços, uma vez que todas as instituições inserem práticas pedagógicas em suas disciplinas, fornecendo, assim, certo preparo prático para o ensino de música para estudantes com deficiência.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência*. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN. *Projeto Pedagógico do Curso de Música modalidade à distância*. São Luís, 2018.

CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS - CECULT. *Projeto Pedagógico do Curso de Música Popular modalidade à distância*. Bahia, 2021.

CORDEIRO, K.; SOARES, L. Música, Inclusão e Formação Docente nas Universidades Federais Brasileiras: Reflexões a Partir das Disciplinas Específicas de Educação Musical Especial/Inclusiva. *ORFEU*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.9-37, jun. 2023.

ESCOLA DE MÚSICA. *Projeto Pedagógico do Curso de Música modalidade à distância*. Salvador, 2021.

FACULDADE DE LETRAS E ARTES - FALA. *Projeto Pedagógico do Curso de Música modalidade à distância*. Mossoró, 2018.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, V. S. *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. São Paulo: Editora Som, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

SASSAKI, K. R. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.